



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

**RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA
DO ESTADO DO CEARÁ
3º TRIMESTRE/2008**

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA

Fortaleza, outubro de 2008

Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira - COTEF

Silvana Parente
Secretária

Desirée Mota
Secretária-Adjunta

Mário Fracalossi Júnior
Coordenador

Elaboração:
Thaís Amaral Lucena
Regis de Albuquerque Silva
Mário Fracalossi Júnior

Capa:
Julian Marlus - SEPLAG

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima - Ed. SEPLAN - 2º andar
Cambeba - CEP: 60.830-120 – Fortaleza-CE
www.seplag.ce.gov.br
Fone: (85) 3101.4526/4492/3848
Fax: (85) 3101.4514
E-mail: cotef@seplag.ce.gov.br

ÍNDICE REMISSIVO

APRESENTAÇÃO	7
1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	8
1.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS.....	8
1.2. DESEMBOLSOS REALIZADOS	11
1.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
1.4. NOVAS OPERAÇÕES	14
1.5. MISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	17
2. CONVÊNIOS DE RECEITAS	19
3. COOPERAÇÃO TÉCNICA	22
3.1. PROJETO MATA BRANCA	22
3.2. PROGRAMA CIDADES DO CEARÁ I.....	22
3.3. APOIO NA PREPARAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PÓLOS REGIONAIS – CIDADES DO CEARÁ II.....	23
3.4. APOIO NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROARES II	23
3.5. PROJETO DE MELHORIA DA GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA	23
3.6. PROJETO DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - CEARÁ GESTÃO – FASE I	24
3.7. PROJETO DE SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
ANEXO 1. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ATIVAS	27
ANEXO 2. GESTORES DO ESTADO RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS FINANCIADOS	31
ANEXO 3. DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR.....	32
ANEXO 4. GESTORES DO ESTADO RESPONSÁVEIS PELOS PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação das IFs nas operações ativas (R\$ 1.000)	10
Gráfico 2 – Participação dos órgãos nos desembolsos futuros (R\$ 1.000)	10
Gráfico 3 – Recursos Desembolsados por IF	11
Gráfico 4 – Recursos Desembolsados por Projeto	11
Gráfico 5 – Participação das IFs nas novas operações (em R\$).....	15
Gráfico 6 – Recursos Oriundos dos Convênios de Receita – por Concedente (%).....	19

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Operações de Crédito Ativas	9
Tabela 2 – Contratos Pró-Moradia	9
Tabela 3 – Contratos Pró-Saneamento	10
Tabela 4 – Desembolsos Realizados – janeiro a setembro/2008.....	12
Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito	14
Tabela 6 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito	15
Tabela 7 - Operações de Crédito a contratar – Status	16
Tabela 8 – Posição dos Convênios de Receita do Governo do Estado do Ceará	19
Tabela 9 – Convênios de Receitas Vigentes: Concedentes	20
Tabela 10 – Convênios de Receitas Vigentes: Convenientes	21

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1. Descrição das Operações de Crédito Ativas	27
Anexo 2. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados	31
Anexo 3. Descrição das Operações de Crédito a Contratar.....	32
Anexo 4. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos em Negociação	37

SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará –
CCLIP- Linha Condicional de Crédito para Projetos de Investimento
CAIXA – Caixa Econômica Federal
CEF – Caixa Econômica Federal
COELCE - Companhia Energética do Ceará
COFIEEX – Comissão de Financiamentos Externos
COGERF - Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal
CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
COREM - Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Município
COTEC – Coordenadoria de Tecnologia da Informação
COTEF – Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
DER – Departamento de Edificações e Rodovias
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLEM – Fundação Luiz Eduardo Magalhães
FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GEF - Global Environment Facility
GNC – Gás Natural
IDS – Índice de Desenvolvimento Social
IF - Instituição financeira
IFC – International Finance Corporation
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JBIC - Japan Bank for International Cooperation
JSF - Japan Special Fund
KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau;
LOA – Lei Orçamentária Anual
METROFOR – Trem Metropolitano de Fortaleza
MLW Intermed Handels - und Consultinggesellschaft für Erzeugnisse und Ausrüstungen des Gesundheits- und Bildungswesens mbH (MLW Intermed GmbH);
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NFe – Nota Fiscal Eletrônica
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAF - Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PHRD - Japan Policy and Human Resources Development Fund
PMAE - Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais
PNAFE – Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PQEB - Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará/Projeto Escola Novo Milênio
PROARES – Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará.

PRODEM - Programa de Desenvolvimento da Educação Municipal
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SACC – Sistema de acompanhamento de contratos e convênios
SDA- Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SECON - Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral
SEDUC – Secretaria da Educação
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SESA - Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
SIAP – Sistema de Acompanhamento de Programas
SIOF – Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro
SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SWAP – Sector Wide Approach Project
TGAN – Terminal de Gás Natural
TMUT – Terminal de Múltiplo Uso
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UGP - Unidade de Gerenciamento do Programa
UVA – Universidade Vale do Acaraú
USC – Usina Ceará Steel
WebMapp – Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório é uma publicação trimestral elaborada pela Coordenadoria de Cooperação Técnico-financeira - COTEF da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG e apresenta as principais informações acerca da captação de recursos realizada pelo Estado do Ceará.

Sua abordagem recai sobre a carteira de financiamentos, detalhando sua composição, desembolsos, execução e projeção; bem como sobre os convênios que representam receitas oriundas de transferências voluntárias para o Estado e, também, os Acordos de Cooperação Técnica com entidades nacionais e agências e organismos internacionais.

A carteira ativa do Estado do Ceará contempla operações contratadas pela administração direta e que estão em fase de desembolso, além de uma operação contratada pela CAGECE, com a garantia do Estado. Os contratos firmados pela CAGECE, sem a interveniência ou garantia do Estado, não são abordados neste relatório.

Atualmente, o Estado está preparando dezenove projetos a serem financiados dos quais, 9 operações externas totalizam US\$ 1,0 bilhão e, 10 operações internas totalizam R\$ 769 milhões. Dentre esses projetos, oito já foram submetidos à aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, estando em diferentes etapas de análise.

Com relação aos convênios de receita, estão cadastrados e validados no SACC 153 convênios em execução, que totalizam R\$ 970 milhões. O saldo a desembolsar pelo Governo Federal para esses convênios representa cerca de R\$ 772 milhões.

A cooperação técnico-financeira com o Estado do Ceará registra atualmente três projetos em negociação, voltados para o apoio ao Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II, ao Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II e ao Programa Rodoviário do Estado do Ceará – CEARÁ III, além de outros dois em fase execução: i - Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Projeto Mata Branca), que conta com a doação de US\$ 10 milhões do *Global Environment Facility* – GEF; ii- Preparação do Programa Cidades do Ceará I, de US\$ 850 milhões do PHRD/BIRD.

O presente relatório se encontra disponível para consulta no site da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará – SEPLAG (www.seplag.ce.gov.br).

Mário Fracalossi Júnior

Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira
Coordenador

1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são importante fonte de financiamento dos investimentos no Estado do Ceará. Dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre/2008 indicam uma Dívida Consolidada (DC) de R\$ 3,2 bilhões e uma Dívida Consolidada Líquida de R\$1,7 bilhões, o que representa uma relação de 43,68% e 15,64%, respectivamente, da Receita Corrente Líquida (RCL). Esses dados indicam uma confortável capacidade de endividamento do Estado no estágio atual, uma vez que a Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, admite que a relação DC/RCL atinja 200%.

Compõem a carteira de crédito ativa do Estado do Ceará as operações em fase de desembolso, as contratadas pela administração direta, além de uma operação contratada pela CAGECE, com a garantia do Estado. Os contratos firmados pela CAGECE, sem a interveniência ou garantia do Estado, não são abordados neste relatório.

Todos os mútuos da administração direta constam do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal celebrado com a União, cuja última revisão foi formalizada em julho/2008.

1.1. Operações de Crédito Ativas

Ao fim de setembro/2008, a carteira de operações de crédito ativas da administração direta estava composta de onze projetos, sendo sete financiados por instituições nacionais e os demais por bancos estrangeiros, com valores totais contratados correspondendo a R\$ 912,2 milhões, considerando-se a conversão da moeda estrangeira pela cotação do dia 30/9/08¹. Somando-se o valor do financiamento contratado diretamente pela CAGECE, com garantia do Tesouro Estadual, esse total alcança R\$ 1,1 bilhão.

Em relação ao trimestre passado, percebe-se não ter havido alteração no valor da carteira, apesar da variação cambial verificada no período². Esse fato decorre da subtração de US\$ 90 milhões correspondente ao financiamento do BIRD para o Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Básico-PQEB, que foi encerrado em 31/7/08.

A variação cambial observada no período, contudo, fez elevar o saldo a desembolsar das operações externas. Assim, o cronograma de desembolso futuro das operações ativas definido na revisão do PAF, deduzido das liberações ocorridas de janeiro a setembro/2008, totalizam R\$ 538,8 milhões, sendo R\$ 397,4 milhões para a administração direta e R\$ 141,4 milhões para a CAGECE. Esses fluxos estão demonstrados na Tabela 1.

Projetos financiados:

11 + 1 = 12

(7 Internas e 5 Externas)

Total Contratado:

≅R\$ 1,1 bilhão

R\$525 milhões +

US\$380 milhões +

€ 8,7 milhões

A desembolsar:

≅R\$ 538,8 milhões

¹ BC/PTAX (venda) em 30/9/08: US\$\$ 1,00 = R\$ 1,9143 e €1,00 = R\$ 2,6931.

² Em 31/7/08, os valores das operações em moeda estrangeira foram convertidos para Real por R\$ 1,7713/US\$ 1,00 e R\$ 2,60859/€1,00 e, em 30/9/08, a cotação do dólar americano foi de R\$ 1,9143, e a do Euro R\$ 2,6931.

Tabela 1 – Operações de Crédito Ativas

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANC.	VALOR ORIGINAL	DESEMBOLSOS FUTUROS			TOTAL A DESEMB.	
				2008	2009	2010-2012		
Operações Internas				R\$ mil	R\$ mil			
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CEF	49.797	13.828	15.896		29.724	
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	BNDES	41.730	19.270	15.000	1.564	35.834	
SEINFRA	METROFOR	BNDES	142.333	63.000	77.000	2.333	142.333	
SETUR	PRODETUR II	BNB	140.440	37.299	22.252	-	59.551	
	INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	BNDES	55.000	14.440	20.000	-	34.440	
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	71.818	4.148	-		4.148	
CIDADES	PRÓ-SANEAMENTO (1)	CEF	24.501	13.862	3.709		17.571	
TOTAL ATIVAS INTERNAS			525.620	163.172	153.858	3.897	323.601	
Operações Externas				Em moeda mil	R\$ mil			
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	€ 8.690	4.025	9.538	6.499	20.062	
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	US\$ 37.500	20.271	-		20.271	
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	MLW	US\$ 16.250	8.429	6.085	5.521	20.035	
SRH	PROGERIRH II	BIRD	US\$ 136.000	13.455	-		13.455	
TOTAL ATIVAS EXTERNAS				46.181	15.623	12.020	73.824	
TOTAL DAS OPERAÇÕES ATIVAS (INTERNAS + EXTERNAS)					209.353	169.481	15.917	397.425
Garantias Concedidas				Em moeda mil	R\$ mil			
CAGECE	SANEAR II (2)	BID	US\$ 100.000	54.346	60.602	26.454	141.403	
TOTAL DAS OPERAÇÕES ATIVAS + GARANTIAS CONCEDIDAS					263.699	230.083	42.372	538.828

R\$ mil

Fonte: PAF e SEPAF/COTES. Elaborado pela COTEF.

(1) Não considera as operações do Pró-Saneamento IV, contratadas diretamente pela CAGECE, sem garantia do Tesouro Estadual.

(2) Operação não contemplada no anexo V do PAF, por se tratar de contratação direta da CAGECE.

As operações ao amparo dos Programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento, financiadas pela Caixa Econômica Federal-CAIXA, com recursos do FGTS, carecem de um maior detalhamento, por serem compostas de diversos contratos, em distintas fases de execução, com cronogramas de desembolso até novembro/09.

Com relação ao Programa Pró-Moradia, permanecem ativos oito contratos, listados na Tabela 2, que representam R\$ 49,7 milhões destinados a ações de urbanização na cidade de Fortaleza. Levantamentos recentes promovidos pela Secretaria das Cidades revelam que a estimativa de saldos a desembolsar soma R\$ 21,8 milhões, portanto abaixo da estimativa contida na Tabela 1, onde constam R\$ 29,7 milhões. Essa diferença deverá ser corrigida na próxima revisão do PAF, com data-base em 31/12/2008.

Tabela 2 – Contratos Pró-Moradia

R\$ mil

DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMBOLSAR	CONTRATO Nº
Urb. Maranguapinho Margem Direita	5.355	223	contrato nº 0156663-07/2003
Urbanização Canal Conjunto Ceará	2.269	1.105	contrato nº 0156665-26/2003
Projeto Farol Novo	18.578	11.199	contrato nº 0156666-30/2003
Litoral Oeste	7.164	2.195	contrato nº 0156669-63/2003
Costa Oeste II	4.240	1.353	contrato nº 59.856-33
Costa Oeste III	5.356	1.767	contrato nº 59.857-59
Aristides Barcelos	3.419	924	contrato nº 59.863-71
Lagoa do Coração	3.416	3.070	contrato nº 59.862-71
TOTAL	49.797	21.836	

Fonte: Secretaria das Cidades. Elaboração SEPLAG/COTEF

Dos dezessete projetos contratados no âmbito do Pró-Saneamento, oito estavam sob a responsabilidade da SRH, dos quais seis foram concluídos e dois foram cancelados. Estes, no valor de R\$ 15.697.491,79 e R\$ 20.084.646,14, respectivamente, firmados em dezembro/2003, eram destinados à Ampliação do Abastecimento d'Água da RMF - Trecho Gavião/Pecém e à Otimização do Sistema de Abastecimento d'Água da RMF - Trechos 2 e 3. O cancelamento dos contratos pela CAIXA, seguindo orientação do Conselho Curador do FGTS, foi motivado por decisão unilateral do Estado, em decorrência de ter viabilizado recursos não onerosos do PAC para cumprir o mesmo objeto.

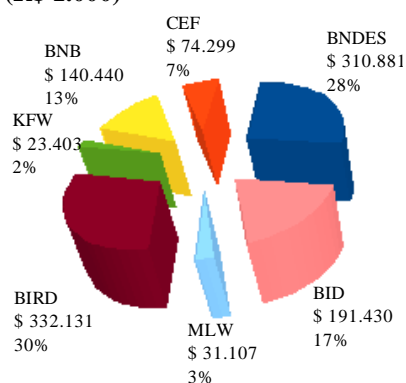
Os outros nove projetos do Pró-Saneamento ainda em execução, geridos pela Secretaria das Cidades totalizam R\$24,5 milhões contratados, conforme detalhado na Tabela 3. Levantamentos recentes promovidos pela Secretaria das Cidades, a exemplo do Pró-Moradia, revelam que a estimativa de saldos a desembolsar soma R\$ 11,7 milhões, portanto abaixo da estimativa contida na Tabela 1, onde constam R\$ 17,5 milhões. Essa diferença também deverá ser corrigida na próxima revisão do PAF, com data-base em 31/12/2008.

Tabela 3 – Contratos Pró-Saneamento

DESCRIÇÃO	VALOR DO CONTRATO	SALDO A DESEMBOLSAR	CONTRATO Nº
Implantação SES Jericoacoara	2.364	1.507	0156681-29
DI Faturamento e Cobrança	2.295	608	0156682-33
Reabilitação das SubAdutoras RMF	5.403	641	0156685-67
Desenvolvimento Institucional II	4.919	3.709	0156686-71
Otimização SAA Apuiarés e Outros	3.053	1.555	0156688-99
Reabilitação SES Juazeiro do Norte	783	739	0156692-59
Implantação SES Granja	2.117	202	0156691-44
Reab. Interceptor Oceânico Fortaleza II	1.248	93	0156684-52
Desenvolvimento Institucional I	2.319	2.712	0156689-02
TOTAL (SEC CIDADES)	24.501	11.766	

Os valores a desembolsar da carteira atual distribuídos por instituição financeira (IF) e por órgão, está ilustrado nos Gráficos 1 e 2, respectivamente. O investimento total das operações ativas com recursos internacionais representa aproximadamente 53% de toda a carteira, distribuído entre BID, BIRD, KFW e MLW Intermed. Dentre as secretarias setoriais beneficiárias de recursos de financiamentos ativos, destacam-se CAGECE, SEINFRA e SETUR.

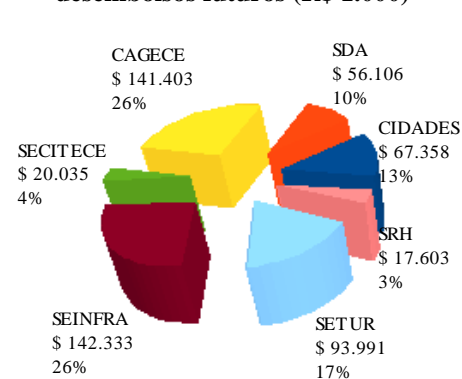
Gráfico 1 - Participação das IFs nas operações ativas (R\$ 1.000)



Fonte: Tabela 1.

Nota: as operações em moeda estrangeira foram convertidas para Reais pelas respectivas cotações em 30/6/08.

Gráfico 2 – Participação dos órgãos nos desembolsos futuros (R\$ 1.000)



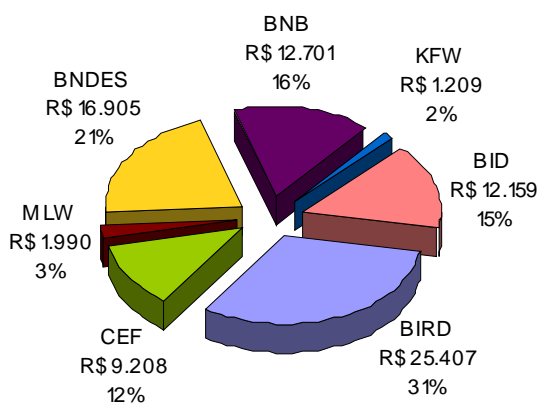
1.2. Desembolsos Realizados

Os desembolsos de recursos de operações de crédito no 3o. trimestre de 2008 somaram R\$ 18,7 milhões, considerando-se que os valores em moeda estrangeira foram convertidos para Reais nas datas de seus desembolsos. Oito projetos foram beneficiados, com destaque para o Prodetur II e o Progerirh, que, somados, correspondem a cerca de 60% dos ingressos no trimestre.

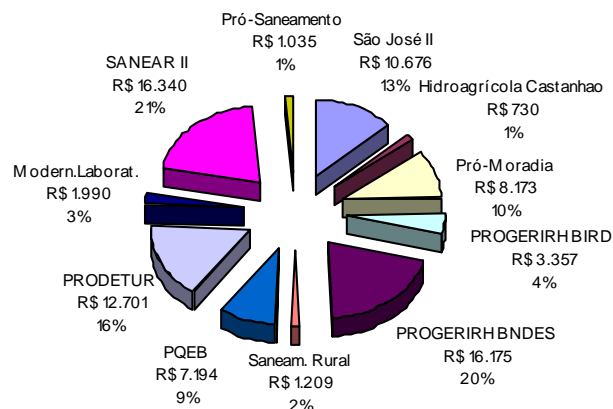
A SETUR, responsável pelas ações do PRODETUR NE II foi a secretaria favorecida com o maior volume de recursos no trimestre (R\$ 7,8 milhões), destinados principalmente à construção de estradas para atender a pólos turísticos na Costa Oeste.

No Gráfico 3 está distribuída a participação dos agentes financeiros nos desembolsos realizados até o terceiro trimestre do ano, com destaque para o BIRD e BNDES, que desembolsaram, respectivamente, 32% e 21% dos recursos. Já o Gráfico 4, traz a distribuição das liberações de recursos por Projeto.

**Gráfico 3 – Recursos Desembolsados por IF
jan a set/2008 (%)**



**Gráfico 4 – Recursos Desembolsados por Projeto
jan a set/2008 (R\$ 1.000)**



A Tabela 4 detalha as receitas de operações de crédito, mês a mês, que, ao longo do ano totalizaram R\$ 79,6 milhões, o que corresponde a 18% da previsão orçamentária das operações de crédito em execução, incluindo o SANEARII/BID da CAGECE.

Tabela 4 – Desembolsos Realizados – janeiro a setembro/2008

R\$ mil

MÊS/ANO	CREADOR	PROGRAMA	ÓRGÃO	Valor Individual	Valor Mensal	Valor Trimestral	
jan-08	BIRD	SÃO JOSÉ II	SDA	2.795,12			
	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	1.288,79	9.133,67		
		Pró-Saneamento		251,67			
	BNDES	EIXÃO - Trechos 2 e 3	SRH	4.000,00			
	BIRD	SANEAR II	CAGECE	798,10			
fev-08	BIRD	SÃO JOSÉ II	SDA	3.666,81			
	BNDES	EIXÃO - Trechos 2 e 3	SRH	8.000,00	12.482,73		
	BIRD	SANEAR II	CAGECE	815,92			
mar-08	BIRD	SANEAR II	CAGECE	2.566,50	2.566,50	24.182,90	0,30
abr-08	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	2.556,90	7.578,29		
		Pró-Saneamento		8,09			
	BIRD	PQEB	SEDUC	5.013,30			
mai-08	BNB	PRODETUR II	SETUR	1.737,91			
	BNDES	EIXÃO - Trechos 2 e 3	SRH	2.675,00			
	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	859,61	15.589,88		
	KFW	Saneamento Rural	CIDADES	415,70			
	MLW	Modernização Laboratorial	SECITECE	1.989,87			
	BID	SANEAR II	CAGECE	7.911,79			
jun-08	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	1.056,40			
	BNB	PRODETUR II	SETUR	3.170,27			
	BIRD	PQEB	SEDUC	2.180,93	13.522,96		
	BIRD	SÃO JOSÉ II - 2ª Fase	SDA	4.213,76			
	BID	SANEAR II	CAGECE	2.901,60		36.691,12	0,46
jul-08	BNB	PRODETUR	SETUR	2.142,52			
	BNDES	EIXÃO - Trechos 2 e 3	SRH	1.500,00			
	BIRD	PROGERIRH II	SRH	3.356,72			
	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	909,22	10.029,91		
		Pró-Saneamento		775,68			
BID	SANEAR II	CAGECE	1.345,77				
ago-08	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	744,10			
	BNDES	Aproveitam. Hidroagrícola	SDA	730,00			
	KFW	Saneamento Rural	CIDADES	792,99	2.267,09		
set-08	CEF	Pró-Moradia	CIDADES	757,92			
	BNB	PRODETUR II	SETUR	5.650,57	6.408,48	18.705,48	0,24
TOTAL				79.579,50			

Fonte: SEFAZ/COTES. Elaborado pela COTEF.

Obs: Inclui os desembolsos do Programa Sanear II no primeiro trimestre, que não foram considerados nos relatórios anteriores.

1.3. Execução Orçamentária

Em 30/setembro/2008, os recursos orçamentários, incluindo a estimativa da LOA e os Créditos, oriundos de operações de crédito totalizavam cerca de **R\$ 1.018,0 milhões**. Em relação ao trimestre anterior, houve um acréscimo de 3,3%, relacionado principalmente à suplementação da operação Swap II e à inclusão de dotação específica para o Programa Caminho da Escola, a ser executado pela SEDUC, cujo crédito adicional teve respaldo na lei estadual nº 14.142, de 1/6/2008.

Na Tabela 5 estão agregados os valores orçamentários para as operações em execução da administração direta que totalizam R\$ 383,8 milhões e correspondem a 48,3% do total orçado no ano. A lei orçamentária contempla ainda treze operações em negociação, num total de R\$ 526,0 mil. E, finalmente, R\$ 108 milhões das operações da CAGECE.

Dentre as operações ativas da administração direta, a execução da despesa, representada pelos empenhos realizados, atingiu 18,2% do previsto, em contraste com o percentual de 7,7% registrado ao final do primeiro semestre. A execução total das fontes de operações de crédito, que compreendem também as operações em negociação e os contratos da administração indireta, chegou a 8,2%, conforme demonstrado na Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito, onde a previsão orçamentária engloba os limites estabelecidos na LOA e os créditos adicionais aprovados até 30/9/08.

A melhoria do desempenho registrado pelas operações de crédito seguiu a mesma tendência da execução orçamentária geral dos investimentos do Estado, em todas as fontes de recursos. Em 30/6/2008, os empenhos no grupo de investimentos correspondiam 7,64% do valor orçado, enquanto que, ao final de setembro, os empenhos atingiram 39,30% da previsão orçamentária correspondente.

Apesar de avanço registrado no último trimestre, a execução orçamentária de investimentos realizados com recursos de operações de crédito ainda é muito baixa. Caso fosse adotada uma distribuição equânime baseada em duodécimos, a execução deveria estar em torno de 75% ao final do 3º. Trimestre, muito acima dos 8,2% registrados por todas operações que constam do orçamento ou, mesmo, dos 18,2% representados pelas operações em execução pela administração direta.

Tabela 5 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito

R\$ mil

SECRETARIA RESPONSÁVEL	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	PAF 2008	Orçamento 2008 (Lei+Crédito) (A)	Empenhado até 30/set/08 (B)	% Executado até 30/set/2008 (B / A)
Operações Internas e Externas em Execução e A Contratar – Adm. Direta			475.676	909.908	69.885	7,7%
Operações Internas e Externas em Execução – Administração Direta			274.227	383.860	69.885	18,2%
Operações Internas em Execução			203.113	206.241	26.543	12,9%
CIDADES	PRÓ-MORADIA	CAIXA	23.127	22.000	7.185	32,7%
	PRÓ-SANEAMENTO		12.223	6.760	1.035	15,3%
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGR.	BNDES	20.000	20.000	1.329	6,6%
SETUR	PRODETUR II	BNB	50.000	74.574	13.723	18,4%
	INFRAESTRUTURA AQUIRAZ RESORT	BNDES	14.440	24.917	1.159	4,6%
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO	BNDES	20.323	22.000	2.113	9,6%
SEINFRA	METROFOR	BNDES	63.000	35.990	0	0,0%
Operações Externas em Execução			71.114	177.619	43.342	24,4%
CIDADES	SANEAMENTO RURAL	KFW	5.234	8.897	1.142	12,8%
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	BIRD	30.947	45.230	10.013	22,1%
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL (1)	MLW	10.419	5.927	1.956	33,0%
SEDUC	PQEB	BIRD	7.702	12.080	9.727	80,5%
SEPLAG/IPECE	SWAP I (2)	BIRD	0	87.611	15.254	17,4%
SRH	PROGERIRH II	BIRD	16.812	17.874	5.249	29,4%
Operações Internas e Externa a Contratar – Administração Direta			201.449	526.048	0	0,0%
Operações Internas a Contratar			24.060	223.833		
SEDUC	CAMINHO DA ESCOLA	BB	18.000	12.000		
CIDADES	CIDADES CONTRAPARTIDA	BNDES	2.512	1.473		
SEFAZ	PMAE	BNDES	3.548	6.210		
SEINFRA	TMUT	BNDES	0	142.462		
	TGAN		0	28.992		
	CORREIA TRANSPORTADORA		0	32.696		
Operações Internas a Contratar			177.389	302.216		
SESA	SAÚDE	BID	0	43.598		
SEINFRA	CEARÁ III	BID	5.000	34.169		
SEFAZ	PROFISCO	BID	2.614	69.654		
STD	PROARES	BID	23.645	23.059		
SEPLAG/IPECE	SWAP II	BIRD	140.286	104.644		
SRH	PROGERIRH-Crédito Adicional	BIRD	0	23.655		
CIDADES	CIDADES DO CE I	BIRD	5.844	3.436		
Operações em Execução – Administração Indireta (3)			0	108.127	13.721	23,56%
CAGECE	SANEAR II	BID	0	59.631	12.302	20,6%
CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	CAIXA	0	48.495	1.419	2,9%
TOTAL LOA 2008			475.676	1.018.035	83.607	8,21%

Fonte: SIOF – Elaborado pela SEPLAG/COTEF.

(1) Dados da execução informados pela SECITECE.

(2) – A previsão orçamentária total da operação SWAp é de R\$192.254,7, sendo R\$87.611 destinado ao SWAp I (saldo financeiro em 30/08 + empenhos até 30/08), e R\$ 104.644, consignado ao SWAp II.

(3) – Dados da execução extraídos do MAPP, em 6/10/08.

1.4. Novas Operações

A carteira das operações a serem contratadas pelo Estado do Ceará, em conformidade com o que foi negociado com a STN na última revisão do PAF, ocorrida em julho, compreende dezenove projetos prioritários, num valor total de R\$ 2,68 bilhões, considerando-se as operações em moeda estrangeira convertidas pela cotação do dólar americano de 30/9/2008 (R\$ 1,9143). Ou mais precisamente, 9 operações externas totalizando US\$ 1,0 bilhão e, 10 operações internas totalizando R\$ 769 milhões.

Novas Operações:

9 Internas
10 Externas

R\$ 2,68 Bi

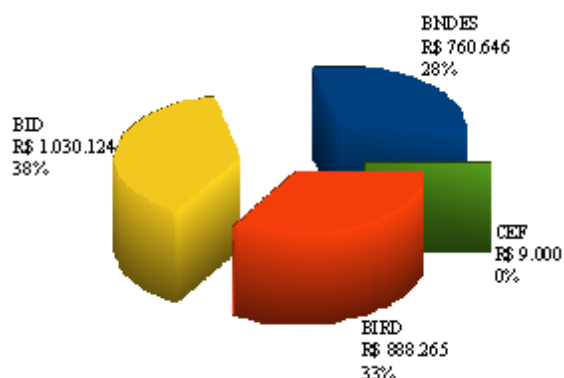
As operações, com respectivos valores e órgãos executores, estão listados na Tabela 6. No Anexo 3, estão descritos resumidamente os objetivos e os componentes de cada projeto.

Tabela 6 – Execução Orçamentária das Operações de Crédito

SETORIAL RESPONS.	PROJETO	AGENTE FINANCEIRO	VALOR TOTAL	
			R\$ mil	US\$ mil
Operações Internas			769.646	
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA	BNDES	32.000	
SEFAZ	PMAE - Modernização Receitas, Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	BNDES	17.740	
SEINFRA	TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM	BNDES	82.481	
	CORREIA TRANSPORTADORA DO PORTO DO PECÉM	BNDES	66.696	
	TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT	BNDES	275.729	
SETUR	PAVILHÃO DE FEIRAS DO CEARÁ	BNDES	150.000	
SEDUC	PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL	BNDES	96.000	
	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	BNDES	40.000	
SEPLAG	PNAGE	CAIXA	9.000	
Operações Externas			-	1.002.136
SEFAZ	PROFISCO - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	BID		41.000
SEINFRA/DER	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	BID		158.620
SESA	PROJETO DE MELHORIA E EXPANSÃO DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	BID		77.000
STDS	PROARES II	BID		45.000
SETUR	PRODETUR Nacional - Ceará	BID		150.000
CIDADES	DESENVOLVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS	BID		66.500
	CIDADES DO CEARÁ I	BIRD		46.000
SEPLAG / IPECE	SWAP II - CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL	BIRD		240.000
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	BIRD		103.015
SDA	SÃO JOSÉ III	BIRD		75.001
TOTAL DAS OPERAÇÕES A CONTRATAR (EM MOEDA_mil)			769.646	1.002.136

Os novos financiamentos contribuirão para o avanço nos investimentos nas áreas social, de saúde, de infra-estrutura, de gestão fiscal, de recursos hídricos e do turismo e a oferta de crédito está distribuída entre cinco instituições financeiras, nas proporções ilustradas no Gráfico 5. São 71,3% dos recursos provenientes de instituições financeiras internacionais (BID e BIRD), somando o equivalente a US\$ 1,0 bilhão. Os bancos brasileiros BNDES e CEF proverão, juntos, recursos da ordem de R\$ 769,0 milhões.

Gráfico 5 – Participação das IFs nas novas operações (em R\$)



A Tabela 7, a seguir, detalha os diferentes estágios de preparação e de negociação de cada projeto, bem como indica a expectativa de cumprimento de cada etapa e, ao final, estima a data para celebração dos contratos de empréstimo.

Tabela 7 - Operações de Crédito a contratar – Status

	AGENTE FINANC.	VALOR TOTAL		ETAPAS PARA CONTRATAÇÃO								
		R\$ mil	US\$ mil	Carta Consulta	PREPARAÇÃO PROJETO	STN/COPEM	STN/COREF	NEGOCIA	STN/COREF	PGFN	SENADO	Assinatura Contrato
Operações Internas		769.646										
CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA	BNDES	32.000			30/11/08	14/01/09						Fev/2009
PMAE	BNDES	17.740										Nov/2008
TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM	BNDES	82.481			30/12/09	13/02/10						Mar/2010
CORREIA TRANSPORTADORA DO PORTO DO PECÉM	BNDES	66.696			30/12/08	13/02/09						Mar/2009
TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT	BNDES	275.729										Nov/2008
PAVILHÃO DE FEIRAS DO CEARÁ	BNDES	150.000		30/10/08	29/12/08	12/02/09						Mar/2009
PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO INFANTIL	BNDES	96.000		30/11/08	29/01/09	15/03/09						Abr/2009
PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	BNDES	40.000		30/10/08	29/12/08	12/02/09						Mar/2009
PNAGE	CAIXA	9.000			A definir	30/03/11						Abr/2011
Operações Externas			1.002.136									
PROFISCO - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	BID	41.000						30/09/08	30/10/08	19/11/08	09/12/08	Jan/2009
PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	BID	158.620			31/10/08	20/11/08	05/12/08	04/01/09	24/01/09	13/02/09	05/03/09	Abr/2009
PROJETO DE MELHORIA E EXPANSÃO DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	BID	77.000				07/11/08	22/11/08	16/01/09	05/02/09	25/02/09	17/03/09	Abr/2009
PROARES II	BID	45.000				07/11/08	22/11/08	16/01/09	05/02/09	25/02/09	17/03/09	Abr/2009
PRODETUR Nacional - Ceará	BID	150.000			15/11/08	15/12/08	30/12/08	29/01/09	18/02/09	10/03/09	30/03/09	Abr/2009
DESENVOLVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS	BID	66.500			31/03/09	30/04/09	15/05/09	14/06/09	04/07/09	24/07/09	13/08/09	Set/2009
CIDADES DO CEARÁ I	BIRD	46.000						05/11/08	25/11/08	15/12/08	13/02/09	Mar/2009
SWAP II	BIRD	240.000						14/08/08	19/10/08	29/10/08	11/11/08	Dez/2008
PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	BIRD	103.015				15/10/08	06/11/08	18/11/08	18/12/08	07/01/09	16/02/09	Mar/2009
SÃO JOSÉ III	BIRD	75.001		30/10/08	30/04/09	30/05/09	02/06/09	02/07/09	22/07/09	11/08/09	31/08/09	Set/2009
		769.646	1.002.136									

LEGENDA:

 Não se aplica	 Etapa cumprida	 Etapa atual	 Etapa não iniciada
---	--	---	--

Obs: Valores em dólares americano convertidos para Reais pela cotação de 30/9/08 (US\$ 1,00 = R\$ 1,9143).

Ao longo deste trimestre, quatro novos pleitos foram submetidos à aprovação da STN:

Projeto		Data protocolo STN
CIDADES DO CEARÁ	BIRD	21/ago
PROARES II	BID	22/set
PROGERIRH II	BIRD	22/set
Melhoria da Assistência à Saúde	BID	29/set

Os projetos PMAE e TMUT já cumpriram todas as etapas de autorização requeridas pela legislação vigente. A Diretoria do BNDES aguarda a conclusão do processo eleitoral nos municípios para autorizar a celebração dos contratos.

As operações para financiamento do PROFISCO e do Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (SWAP II) já foram negociadas entre as autoridades brasileiras e os representantes do BID e do BIRD, respectivamente. Os contratos estão em análise na PGFN, que os remeterá ao Senado Federal para autorização previa à contratação.

1.5. Missões de Instituições Financeiras

1.5.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

24 a 26/set	<p>Projeto: Programa Rodoviário do Ceará – CEARÁ III</p> <p>Setorial/Órgão Responsável: Departamento de Edificações e Rodovias- DER</p> <p>Representante(s): Vera Vicentini (INE/TSP), Chefe da Missão, Rodolfo Huici (INE/TSP), Dalve Soria (TSP/CBR) e Sandra Maria de Carvalho Amaral, especialista da Coordenação de Projeto de Infra-Estrutura da Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>Objetivos: Missão de Análise para finalizar a etapa de avaliação e preparação do Programa Ceará III, em especial: (i) os resultados dos estudos de engenharia, ambientais e econômicos dos projetos da amostra do Programa e prazos previstos para início das obras; (ii) a situação do processo de licenciamento ambiental; (iii) os aspectos legais e fiduciários relacionados com a execução da operação; e (v) prazos previstos para apresentação da operação ao Diretório do Banco e assinatura do contrato de empréstimo plano de ação para concluir a preparação da operação no prazo previsto.</p>
25 a 26/julho	<p>Projeto: PRODETUR Nacional</p> <p>Setorial/Órgão Responsável: Secretaria do Turismo</p> <p>Representante(s): Leonardo Corral (INE/RND), M^a Cláudia Perazza (INE/RND), Juan Poveda (COF/CBR) e Adela Moreda (INE/RND), que presidiu a missão</p> <p>Objetivos: Missão de Orientação para a preparação da operação de financiamento do Programa Prodetur Nacional/CE.</p>
1 a 5/ setembro	<p>Projeto: Programa de Expansão e Melhoria da Assistência à Saúde Especializada do Estado do Ceará</p> <p>Setorial/Órgão Responsável: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará - SESA</p> <p>Representante(s): Antonio Giuffrida (SCL/SPH), Márcia Rocha (consultora SPH/CBR) e Rita Sório (SPH/CBR), quem a chefiou. Também participaram os consultores do BID, Leonardo Carap, Walter Mendes, João Marcelo Borges e Amilton Freire.</p> <p>Objetivos: Missão de Análise destinada a: (i) revisar os avanços na preparação e desenho do Programa junto à equipe da SESA, e, (ii) revisar e consolidar a informação necessária para a finalização da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD).</p>

1.5.2 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD

29/ago	<p>Projeto: Programa Cidades do Cerá I Setorial/Órgão Responsável: Secretaria das Cidades</p> <p>Representante(s): Ming Zhang- Economista Senior (TTL), Chefe da missão, Mônica Amorim (Consultora).</p> <p>Objetivos: Discussão dos condicionantes para a negociação da operação de empréstimo.</p>
10 a 12/setembro	<p>Projeto: PROGERIRH II – Financiamento Adicional Setorial/Órgão Responsável: Secretaria dos Recursos Hídricos</p> <p>Representante(s): Manuel Contijoch (líder do projeto), Paula Freitas (Analista de operações), Douglas Olsoa e Alexandre Baltar (especialistas em recursos hídricos) e Luis Prada (especialista em licitações)</p> <p>Objetivos: Missão de avaliação (appraisal) para: (i) revisar o processo de preparação do Projeto, (ii) discussão e revisar o Plano de Aquisições.</p>

2. CONVÊNIOS DE RECEITAS

Os recursos financeiros captados por intermédio de transferências voluntárias da União ou de outros convênios de receita celebrados, bem como sua execução, são monitorados no Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios-SACC, módulo do Sistema SIAP, de onde são extraídas as informações gerenciais.

Durante o mês de setembro, foram cadastrados no SACC três novos convênios, tendo como convenientes a STDS (R\$ 206,9 mil); a SECULT (R\$ 600,0 mil) e a UECE (330,1 mil).

Em 30/setembro/2008 encontravam-se cadastrados e validados 231 **convênios**, com valores totais conveniados da ordem de **R\$ 1,1 bilhão** e com saldos totais a desembolsar pelos Concedentes de **R\$ 879,1 milhões**. Levando em conta que 78 convênios estavam vencidos ao final do trimestre, o saldo disponível dos Órgãos Concedentes dos 153 convênios vigentes é de R\$ 772,7 milhões.

Tabela 8 – Posição dos Convênios de Receita do Governo do Estado do Ceará

Status dos Convênios	Quantidade	Valor Concedente / Convênio	Saldo Concedente / Convênio
VENCIDOS em 30/09/2008	78	125.765,53	106.375,23
A VENCER	153	970.744,45	772.725,69
TOTAL	231	1.096.509,98	879.100,91

R\$ mil

A Tabela 9 relaciona os 46 órgãos concedentes responsáveis pelas transferências voluntárias ao Estado do Ceará. O Gráfico 6 ilustra a participação relativa dos principais Concedentes em relação ao valor total conveniado, com destaque para o Ministério da Integração Nacional, cujo principal convênio tem como objeto a construção do Canal da Integração do Açude Castanhão-RMF.

Gráfico 6 – Recursos Oriundos dos Convênios de Receita – por Concedente (%)

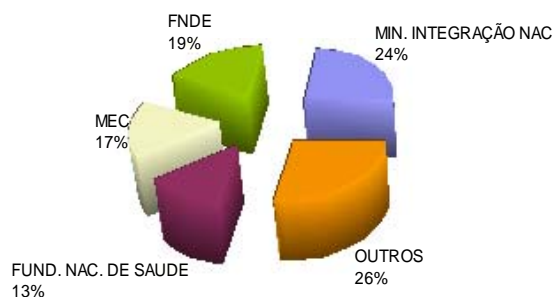


Tabela 9 – Convênios de Receitas Vigentes: Concedentes

R\$ mil

Concedente	Valor Concedente	Saldo Concedente	Recursos Liberados	Percentual liberado (%)
1 MINIST DA INTEGRACAO NACIONAL	235.017.920,96	235.017.920,96	0,00	0,00%
2 FUNDO NACIONAL DE DESENV DA EDUCACAO	189.057.730,46	131.462.281,38	49.944.727,21	26,42%
3 MINIST DA EDUCACAO E CULTURA MEC	162.259.308,05	95.993.771,64	65.991.126,41	40,67%
4 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	128.687.822,77	81.605.924,24	49.859.023,39	38,74%
5 MINIST DO TRABALHO E EMPREGO	34.967.711,00	33.857.514,48	797.129,70	2,28%
6 MINIST DO TURISMO MTUR	32.617.790,06	32.617.790,06	0,00	0,00%
7 UNIDADE DE COORDENACAO DE PROG S E PNAGE	24.273.062,00	24.209.516,36	12.783,48	0,05%
8 MINIST DA JUSTICA	20.972.784,57	20.672.895,90	299.888,67	1,43%
9 MINIST EXTRAORD DE SEG ALIMENT COMB FOME	18.586.655,67	18.586.655,67	0,00	0,00%
10 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS FINEP	16.487.242,55	11.729.054,81	4.666.513,46	28,30%
11 MINIST DA CULTURA	12.904.357,00	12.904.357,00	0,00	0,00%
12 CNPQ CONS NAC DE DESENV CIENT E TECNOL	11.641.366,07	8.910.829,97	2.064.990,27	17,74%
13 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	10.800.000,00	10.713.760,59	75.723,18	0,70%
14 PREF MUNIC DE FORTALEZA	10.212.563,80	4.215.969,90	3.824.440,00	37,45%
15 DEPTO NAC DE OBRAS CONTRA AS SECAS DNOCS	9.939.158,53	9.347.536,04	501.270,55	5,04%
16 FUNDACAO CAPES	8.660.578,26	4.994.061,41	1.889.388,10	21,82%
17 COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA	6.019.000,00	5.589.738,27	400.000,00	6,65%
18 INSTITUTO DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	5.990.957,77	4.922.139,09	601.424,84	10,04%
19 SECRETARIA ESP DOS DIR HUM DA PRE DA REP	5.497.262,26	3.449.143,94	2.048.118,32	37,26%
20 INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARA	5.018.400,00	3.415.200,00	949.900,00	18,93%
21 DPTO NAC DE INFRAESTRUT DE TRANSP DNIT	4.608.000,00	4.608.000,00	0,00	0,00%
22 MINISTERIO DO TRABALHO CODEFAT	4.125.000,00	4.125.000,00	0,00	0,00%
23 MINIST DA SAUDE FUNDO NAC DE SAUDE	3.217.056,06	2.149.810,17	1.058.557,29	32,90%
24 MINIST DO DESENV SOCIAL E COMB A FOME	1.955.953,65	1.953.444,15	0,00	0,00%
25 MINIST DO DESENV AGRARIO	1.784.710,12	1.736.556,96	28.974,21	1,62%
26 MINIST DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.494.163,84	1.170.900,23	323.263,61	21,64%
27 MINIST DO ESPORTE ME	1.114.872,29	761.363,62	346.764,67	31,10%
28 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	600.000,00	372.452,24	215.020,18	35,84%
29 INEP INST NACIONAL ESTUDOS PESQ EDUCACIO	348.000,00	348.000,00	0,00	0,00%
30 CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00%
31 SEBRAE CE SERV AP MIC PEQ EMP EST CEARA	309.364,00	305.953,39	379,73	0,12%
32 MINISTERIO DA SAUDE	297.544,31	61.652,33	170.404,88	57,27%
33 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO - SDE	203.135,00	203.135,00	0,00	0,00%
34 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	129.710,00	129.710,00	0,00	0,00%
35 SECRETARIA ESP DE POLIT P AS MULHERES	105.303,36	105.303,36	0,00	0,00%
36 EMBRAPA EMP BRAS DE PESQ AGROPECUARIA	93.750,00	10.875,00	73.500,00	78,40%
37 PREF MUNIC DE LIMOEIRO DO NORTE	85.896,00	25.470,00	28.026,00	32,63%
38 PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE	79.764,00	17.714,00	34.000,00	42,63%
39 PREF MUNIC DE OCARA	58.650,00	25.500,00	25.500,00	43,48%
40 PREF MUNIC DE PORTEIRAS	41.508,00	6.334,00	18.974,00	45,71%
41 PREF MUNIC DE CAMOCIM	39.882,00	31.382,00	6.800,00	17,05%
42 PREF MUNIC DE APUIARES	38.482,00	10.582,00	17.300,00	44,96%
43 PREF MUNIC DE GUARACIABA DO NORTE	36.414,00	27.914,00	8.500,00	23,34%
44 PREF MUNIC DE ITAICABA	20.074,00	5.074,00	8.700,00	43,34%
45 PREF MUNIC DE ITAREMA	18.207,00	4.607,00	6.800,00	37,35%
46 PREF MUNIC DE ITAITINGA	17.340,00	2.890,00	6.800,00	39,22%
TOTAL	970.744.451,41	772.725.685,16	186.304.712,15	19,19%

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

A Tabela 10 agrupa os mesmos R\$ 970,7 milhões conveniados, apresentados sob a ordem dos trinta órgãos estaduais convenentes. A Secretaria da Educação, que abriga os recursos recebidos do MEC e do FNDE, e a Secretaria de Recursos Hídricos, com recursos provenientes de quatro convênios com o Ministério da Integração Nacional, figuram como as principais beneficiárias dos recursos disponíveis, com, respectivamente, 36,1% e 24,2% dos valores totais.

Tabela 10 – Convênios de Receitas Vigentes: Convenentes

R\$ mil				
CONVENENTE	Nº de Convênios	Valor do Concedente	Valor do Convenente	Valor Total (Concedente + Convenente)
1 AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS PUBLICOS DELEGADOS	2	16.669.000,00	0,00	16.669.000,00
2 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	1	297.544,31	27.500,00	325.044,31
3 FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENV CIENTIF TECNOLOG	23	39.738.428,37	9.302.000,00	49.040.428,37
4 FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HIDRICOS	5	5.103.875,08	0,00	5.103.875,08
5 FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL	8	4.295.064,31	176.200,00	4.471.264,31
6 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA	11	8.321.355,60	97.435,42	8.418.791,02
7 FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE	2	501.587,06	45.882,00	547.479,06
8 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	12	1.021.721,99	105.828,79	1.127.550,78
9 GABINETE DO GOVERNADOR	1	677.815,87	0,00	677.815,87
10 GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	1	438.486,25	49.036,25	487.522,50
11 INST DE PESQUISA E ESTRATEGIA ECONOMICA DO CEARA	1	7.930.201,50	881.133,50	8.811.335,00
12 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO DO CEARA	4	8.646.698,60	1.764.488,00	10.411.186,60
13 SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL	1	400.000,00	139.669,82	539.669,82
14 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	1	24.273.062,00	14.287.228,00	38.560.290,00
15 SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	2	1.992.863,84	0,00	1.992.863,84
16 SECRETARIA DA CULTURA	4	13.107.492,00	6.321.648,00	19.429.140,00
17 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19	350.762.662,46	1.071.125,91	351.833.788,37
18 SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	5	133.295.822,77	14.992.433,22	148.288.255,99
19 SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	8	3.549.197,13	2.325.873,28	5.875.070,41
20 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	9	20.463.564,57	2.053.242,57	22.516.807,14
21 SECRETARIA DAS CIDADES	1	4.656.267,91	0,00	4.656.267,91
22 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	2	18.896.655,67	3.324.342,00	22.220.997,67
23 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5	7.758.257,78	2.447.287,26	10.205.545,04
24 SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	1	34.967.711,00	4.077.256,56	39.044.967,56
25 SECRETARIA DOS RECURSOS HIDRICOS	3	234.519.220,96	25.316.124,41	259.835.345,37
26 SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE	4	2.715.459,00	425.083,59	3.140.542,59
27 SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO	8	24.687.588,56	3.605.497,89	28.293.086,45
28 SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	1	600.000,00	67.014,00	667.014,00
29 UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	5	246.224,15	188.432,64	434.656,79
30 UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	3	210.612,67	0,00	210.612,67
TOTAL	153	970.744.451,41	93.091.742,91	1.063.836.194,32

Fonte: SIAP/SACC. Elaborado pela COTEF.

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA

3.1. Projeto Mata Branca

O Governo do Estado do Ceará, o Governo do Estado da Bahia e a Fundação Luis Eduardo Magalhães – FLEM firmaram, em 2/8/07, Acordo Tripartite para a execução do Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga (Projeto Mata Branca) que conta com a doação de US\$ 10 milhões do Global Environment Facility (GEF), fundo mundial para o meio ambiente gerido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Referido projeto objetiva contribuir para a preservação, conservação e sustentação do bioma caatinga, que no Ceará abrange uma área de 92%. Dos recursos da cooperação, 50% são destinados ao Estado do Ceará, que executará suas ações por intermédio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, e os demais 50% para o Estado da Bahia. As contrapartidas são de US\$ 6,1 milhões de cada Estado e seus parceiros federais e municipais.

No Ceará, 68 municípios serão contemplados com ações do projeto, que pretende fortalecer as regiões da caatinga, reabilitar áreas críticas, trabalhar a gestão de água e solo de forma destacada, além de conservar o uso sustentável da biodiversidade.

O Projeto Mata Branca iniciou suas atividades em 2008, na região dos Inhamuns em ação conjunta com Pacto Ambiental. Na programação, foi apresentado o Plano Operativo Anual – POA, do Mata Branca e, selecionadas duas áreas de intervenção: na nascente do Rio Jaguaribe, micro bacia denominada de Carrapateiras, e na nascente do Rio Poty, a micro bacia denominada Jatobá.

Em setembro, na sede da Superintendência Municipal de Meio Ambiente em Tauá, foi realizada reunião para avaliação dos subprojetos nos municípios de Tauá, Parambu, Catarina, Quiterianopolis, Crateús, Novo Oriente e Independência.

3.2. Programa Cidades do Ceará I

A Secretaria das Cidades executa o Acordo de Doação TF090852-BR, celebrado entre o Estado do Ceará e o BIRD, no valor de US\$ 850 mil, provenientes do *Japan Policy and Human Resources Development Fund* (PHRD). Essa cooperação financeira não-reembolsável se destina a custear os investimentos necessários à preparação do Programa Cidades do Ceará I, tais como Estudos de Trânsito e Transportes, Estudo de Salvaguardas Ambientais, Projetos Executivos de diversas intervenções do Programa, Consultorias, além de aquisição de equipamentos de informática e mobiliário para a Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP. O prazo de execução desta cooperação está previsto para encerrar em 15/09/08, mas a Secretaria das Cidades solicitou à SEAIN autorização para prorrogar o prazo para 31 de maio de 2009, concedida na reunião do GTEC de 17/09.

3.3. Apoio na Preparação do Programa de Desenvolvimento Urbano do Pólos Regionais – Cidades do Ceará II

Encontra-se em fase final de negociação dois acordos de cooperação financeira não reembolsáveis no valor total de US\$ 426.500 a ser oferecida pelo Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa (US\$ 138.500) e pelo Fundo Geral de Cooperação da Espanha (US\$ 288.000), todos administrados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esses acordos têm prazo de execução de cinco meses, e visam apoiar a preparação do Programa Cidades do Ceará II, no desenvolvimento de uma Avaliação Ambiental Estratégica e na preparação de planos, projetos e ações que objetivam dinamizar a atuação do setor privado em regiões do interior do Estado.

3.4. Apoio na Preparação e Execução do PROARES II

Encontra-se em fase final de negociação uma cooperação financeira não reembolsável no valor de US\$ 560.000 a ser oferecida pelo Japan Special Fund (JSF), fundo administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Referida doação financeira tem como finalidade preparar e apoiar a execução do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, que é uma ação do Governo do Estado para a execução e fortalecimento da estratégia de desenvolvimento social, por meio de um programa de investimentos sociais voltados para crianças e jovens pertencentes ao segmento mais pobre da população.

Os recursos dessa cooperação financeira destinam-se a atender dois componentes: (i) Capacidade de desenvolvimento de um serviço social efetivo para a recuperação de crianças e jovens em situação de risco; e (ii) Projeto e execução de monitoramento e Sistemas de avaliação.

3.5. Projeto de Melhoria da Gestão de Infra-estrutura

O Estado está negociando com o BID um Acordo de Cooperação Financeira Não-Reembolsável, no valor de US\$ 400.000, proveniente do Fundo para a Preparação de Projetos de Infra-estrutura – InfraFund. Esse apoio financeiro se destina a apoiar a Preparação do Programa Piloto de Manutenção Rodoviária.

O objetivo principal da Cooperação Técnica será a contratação de serviço de consultoria para o desenvolvimento dos estudos, procedimentos e instrumentos de um sistema de conservação por resultado ou níveis de serviço, que o Departamento de Edificações e Rodovias - DER

pretende aplicar, de maneira experimental, numa extensão de 500 a 600 Km dos principais corredores da malha rodoviária estadual, por um período de cinco anos.

3.6. Projeto de Apoio à Modernização do Planejamento e da Gestão do Governo do Estado do Ceará - CEARÁ GESTÃO – Fase 1

Assinado em fevereiro/2008 o Acordo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para execução do Projeto de Apoio à Modernização do Planejamento e da Gestão do Governo do Estado do Ceará - CEARÁ GESTÃO-FASE 1 (BRA/07/020) -, que objetiva fortalecer a capacidade de gestão do Governo do Estado, por meio da formação de servidores e da criação de mecanismos de planejamento e de gestão participativa, com enfoque regional e centrado em resultados. O projeto foi orçado em US\$ 3,05 milhões, sendo US\$ 1,76 milhão oriundos do PNAGE, mediante convênio com o Governo Federal, e o restante aportado pelo Tesouro Estadual.

Com a edição da Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/08, regulamentadora do Decreto 6.170/07, de 25/7/2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Acordo de Cooperação não poderá ser executado e o contrato será rescindido.

3.7. Projeto de Simplificação de Processos

Ao longo do ano, o Estado do Ceará vem mantendo tratativas com a International Finance Corporation (IFC), entidade integrante do Grupo Banco Mundial, a fim de firmar acordo de cooperação visando a Reforma Regulatória e Simplificação de Procedimentos Administrativos para Negócios nos âmbitos estadual e municipal.

Em virtude de limitações impostas pela legislação nacional, não foi possível celebrar o referido acordo na forma proposta pela IFC. Uma missão deverá estar o Ceará em novembro para discutir alternativas para a forma de contratação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carteira ativa de operações de crédito do Estado do Ceará contempla **doze projetos** cujos financiamentos se encontram em fase de desembolso, sendo onze de responsabilidade do Estado e uma contratada diretamente pela CAGECE junto ao BID, com garantia do tesouro estadual. O valor total contratado equivale a **R\$ 1,1 bilhão** e o saldo a desembolsar até 2012 é de **R\$ 538,8 milhões**. Os desembolsos realizados ao longo do 3o. trimestre/2008 corresponderam a 23,5% (R\$18,7 milhões) de todos os recursos recebidos de janeiro a setembro. Até setembro, foram desembolsados R\$ 79,5 milhões para onze projetos.

A execução da despesa das operações em execução pela administração direta, representada pelos empenhos realizados, atingiu 18,2% da previsão orçamentária, considerando-se a os limites estabelecidos na LOA somados aos crédito adicionais aprovados até 30/9/08. A execução total das fontes de operações de crédito, que compreendem também as operações em negociação e os contratos da administração indireta, chegou a 8,2%. A aplicação em investimentos, de todas as fontes de recursos, alcançou 39,9% do esperado para o exercício.

O Estado do Ceará está em fase de preparação de **19 operações de crédito**, em conformidade com o que foi negociado com a STN na revisão do PAF. Esses financiamentos totalizam R\$ 2,68 bilhões, sendo 71,3% provenientes de instituições financeiras internacionais (BID e BIRD) e 30% de bancos brasileiros (BNDES e CEF). Dessas, duas operações externas já cumpriram a fase de negociação com os agentes financeiros internacionais (Profisco e Swap II); duas operações internas (PMAE e TMUT), com o BNDES, já foram autorizadas e deverão ter os contratos assinados no mês de novembro.

Com relação aos convênios de receita, estão cadastrados e validados no SACC **231 convênios**, com valores totais conveniados da ordem de R\$ 1,1 bilhão. Levando em conta que 78 convênios estavam vencidos ao final do trimestre, o saldo a desembolsar dos **153 convênios vigentes é de R\$ 772,7 milhões**.

A Cooperação Técnica com o Estado do Ceará conta com dois acordos em execução: Projeto Mata Branca, de US\$ 10 milhões, com recursos do GEF; o Projeto de Preparação do Programa Cidades I, de US\$ 850 mil, com apoio do PHRD.

Outros três acordos estão em elaboração, com os seguintes objetivos: (i) Apoiar a Preparação do Programa Cidades do Ceará II, no valor de US\$ 426,5 mil, provenientes do Fundo Fiduciário de Cooperação Técnica Portuguesa do Fundo Geral de Cooperação da Espanha, ambos administrados pelo BID; (ii) Apoiar a Preparação e Implementação do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES II, no valor de US\$ 560 mil, com o patrocínio do JSF/BIRD; (iii) Apoiar a Preparação do Programa Piloto de Manutenção Rodoviária, no valor de US\$ 400 mil, oriundos do Fundo para a Preparação de Projetos de Infra-estrutura – InfraFund/BID.

ANEXOS

Anexo 1. Descrição das Operações de Crédito Ativas

Os dados de execução física de cada projeto, constantes deste Anexo, foram informados pelas secretarias executoras, mediante consulta específica, ou extraídos do WebMapp.

I. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Pró-Moradia:

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Moradia contemplam oito contratos em fase de execução para projetos de urbanização de áreas e construção de conjuntos habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza, com interferências na margem direita do Rio Maranguapinho, tendo sido concluído o Conjunto Araturi (95 casas), no Conjunto Ceará, e a urbanização do Alto do Bode, concluído o Conjunto Oscar Araripe (110 casas) e executada 60% das obras de urbanização do Canal do Conjunto Ceará, e entregues 519 casas do projeto Costa Oeste. O projeto Farol Novo, promoveu: i) Reassentamento Gengibre: Aquisição do terreno, 88% da construção das 658 casas, terraplenagem concluída, drenagem 95% e calçadas 40%; ii) Urbanização da Lagoa do Gengibre: Terraplenagem 70%, Drenagem 80% e Pavimentação 70%; iii) Indenizações da Lagoa do Coração/Aristides Barcelos - 98 casas.

Pró-Saneamento:

Os financiamentos ao amparo do Programa Pró-Saneamento contemplam atualmente nove contratos para execução de obras de esgotamento sanitário e de abastecimento d'água em diversos municípios do interior do Estado, bem como na Região Metropolitana de Fortaleza-RMF, de responsabilidade da Secretaria das Cidades.

Dentre as ações já executadas, destacam-se a execução de 12.698,34m de rede coletora e de 692 ligações domiciliares em Jericoacoara, o desassoreamento do interceptor oceânico de Fortaleza, a instalação de aproximadamente 10.000m de sub-adutoras na RMF, a construção de laboratórios e unidades de filtração no interior do Estado, estando em fase avançada e execução a implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Granja, com previsão de conclusão até dezembro/2008. Todos os contratos deverão ter suas ações concluídas até dezembro/2009.

II. BNDES

Aproveitamento do Potencial Hidroagrícola do Estado do Ceará:

Esse projeto prevê a implantação de atividades produtivas visando a sustentabilidade das 1.800 famílias atingidas pela barragem do açude Castanhão nos setores de fruticultura, pecuária, piscicultura e dotando o município de Jaguaribara de infra-estrutura que possibilite a implantação de agroindústria. Até o presente estágio de execução, destaca-se a elaboração de projetos executivos, montagem e instalação de equipamentos *on-farm* e *off-farm*, montagem de equipamentos de irrigação, construção de galpão de insumos, depósito de defensivos agrícolas, *packing house*, conclusão de estradas de acesso, dentre outras ações.

Infra-estrutura Pública Aquiraz:

Implantação da infra-estrutura pública (acesso viário, energia elétrica e saneamento) para possibilitar a atração de investimento privado na construção de um Complexo Turístico-Hoteleiro-Imobiliário, denominado Aquiraz Golf & Beach Villas, de acordo com o Contrato de Retificação e Ratificação do Protocolo de Intenções assinado em 24 de janeiro de 2003, datado de 18/4/2006, entre o Governo do Estado do Ceará, a Prefeitura Municipal de Aquiraz e o Grupo Empresarial que implantará o empreendimento. No momento, encontra-se em obras a duplicação da rodovia CE-040.

Obras Complementares do Eixão (Progerirh-Contrapartida):

Fonte adicional da contrapartida do Estado para o financiamento do Banco Mundial para construção dos Trechos 2 e 3 do Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza (Canal da Integração). Contrato a ser encerrado em dezembro/2008.

METROFOR - Trem Metropolitano de Fortaleza:

Corresponderá à contrapartida estadual para convênios firmados com a União em 2005 e em 2007, integrando o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, destinado à conclusão da Linha Sul do metrô de Fortaleza, com extensão de 24,1Km, entre a Estação Vila das Flores e a Estação João Felipe, contando com treze estações. Os recursos serão aplicados na execução de obras civis, que compreendem a construção de estações, de vias permanentes, de viadutos rodoviários e ferroviário/pontes, de passarelas, de túneis, dentre outras intervenções. Com o efetivo cumprimento desta meta, será possível ofertar à população da Região Metropolitana de Fortaleza um serviço de transporte rápido, seguro e confortável, por meio de um sistema integrado com capacidade de oferta de 350.000 passageiros/dia, sendo estimado seu incremento para 605.000 passageiros/dia quando da implantação do sistema metroviário da Linha Oeste em 2014.

III.BNB

PRODETUR II - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (BNB/BID):

Contempla construção ou reestruturação de estradas, ações de saneamento básico, construção de equipamentos turísticos, recuperação e o controle ambiental das praias, mananciais e lagoas, bem como a urbanização do entorno e a criação das Unidades de Conservação e Educação Ambiental. Desde a assinatura dos contratos, no segundo semestre de 2005, foram concluídos os planos diretores dos municípios de Amontada, Itarema e Granja; elaborado o projeto executivo do aterro sanitário de Paracuru (já licitado); realizadas obras de urbanização das praias do Pecém e da Taíba, adquiridos sete veículos e construídos trechos da rodovia estruturante CE-085 (Granja-Viçosa), com previsão de conclusão em dezembro/2008.

IV. BID

SANEAR II - Programa de Infra-estrutura Básica e Saneamento do Estado do Ceará :

Destina-se à ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário em diversos pólos econômicos e turísticos do Estado do Ceará; ampliação da cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza. Por meio desse projeto, foram implantadas mais de 14,5 mil ligações de esgoto e aproximadamente 500 ligações de água e instalados 292 mil hidrômetros. Suas obras de implantação já atingiram uma extensão de 107.913 metros de rede de esgotamento sanitário, levando o serviço de saneamento básico a cerca de 76 mil pessoas. São quatorze os bairros na cidade de Fortaleza beneficiados com o Programa, entre eles: Quintino Cunha; Antônio Bezerra; Presidente Kennedy; Álvaro Weyne; Amadeu Furtado; Carlito Pamplona; Monte Castelo; Vila Ellery; Parque Araxá; Parquelândia; Barra do Ceará; Floresta; Jardim Guanabara e Jardim Iracema.

V. BIRD

Projeto São José II - Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará (PCPR):

Financiamento de subprojetos comunitários em 177 municípios, com meta prevista para beneficiar cerca de 68.000 famílias, tendo como principais componentes o abastecimento d'água, a eletrificação rural e a mecanização agrícola.

Os 754 subprojetos já conveniados desde junho/2006 atendem a cerca de 50.000 famílias, beneficiando mais de 230.000 pessoas. Nos 40 municípios com IDS até 0,3665, contabilizam-se 198 projetos, sendo mais da metade em abastecimento d'água, com benefício para cerca de 7.700 famílias. Nos 50 municípios com IDS entre 0,3666 e 0,4145 (área 2), 143 dos 243 projetos também se destinam ao abastecimento d'água. Já nos 87 municípios com IDS acima de 0,4145 (área 3) se registra o maior número de projetos produtivos (28) e um projeto social com impacto em 100 famílias.

O Projeto tem prazo de conclusão até 30/6/2009 e o Estado já desenvolve estudos para a uma nova etapa do Programa, denominada Projeto São José III, cuja Carta-consulta foi submetida a apreciação da COFIEX em .

PROGERIRH – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos:

Melhoria do suprimento d'água e aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, mediante recuperação da infra-estrutura hidráulica, construção de açudes e construção de eixos de integração do Açude Castanhão. Dentre os seis açudes planejados, os de Aracoíaba, Mal Cozinhado, Catu, Carmina e Faé foram concluídos e o Açude Pesqueiro depende da conclusão de um novo processo licitatório.

Quanto aos eixos de integração, o trecho 1, que liga o Açude Castanhão ao município de Morada Nova, numa extensão de 54,7Km, foi concluído em 2004. Encontram-se em obras os trechos 2 e 3, ligando, respectivamente, Morada Nova a Serra do Félix (45,9Km) e Serra do Félix a Pacajús (66,3Km), com previsão de conclusão até 31/12/2008, quando a operação será encerrada.

VI. KFW

Programa de Saneamento Básico do Ceará II – Saneamento Rural:

Implantação, ampliação e melhoramento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário na zona rural, garantindo sua sustentabilidade por meio do sistema integrado de saneamento rural (SISAR). Esta operação, contratada em dezembro/2005, tem suas ações executadas pela CAGECE. Beneficiará 35.000 famílias com abastecimento d'água e 12.500 famílias com soluções adequadas de saneamento básico nas Bacias do Banabuiu e do Baixo Jaguaribe e ainda contará com intervenções na Bacia do Acaraú e Coreaú, com impacto para 8.500 famílias. Até a presente data, cerca de 12% dos recursos do financiamento foram aplicados.

VII. MLW Intermed

Modernização Laboratorial para Fortalecimento da Pesquisa e Inovação Tecnológica, Prestação de Serviços, Certificação e Metrologia no Estado do Ceará:

Ampliação da infra-estrutura de equipamentos de ensino e pesquisa científica e tecnológica das Universidades atuantes no Estado, dos Institutos de Pesquisa, dos cursos de medicina das Faculdades de Sobral e Barbalha, dos cursos de doutorado na área de tecnologia, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, bem como da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME e do Corpo de Bombeiros.

Trata-se de um contrato de compra financiada de equipamentos, firmado em junho/2006, tendo sido emitida a 1º Ordem de Compra no segundo semestre daquele ano, para aquisição de diversos materiais para instalação na UECE, UVA e UFC (este último em regime de comodato). Essa Ordem de Compra contemplou quatro embarques de mercadorias, que foram integralmente recebidas até maio/08. A 2ª Ordem de Compra, no valor de US\$ 4,1 milhões, foi realizada em junho/08, para equipar o Planetário do Centro Cultural Dragão do Mar, o Planetário de Sobral e laboratórios da UFC e da UVA

Anexo 2. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos Financiados

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	SERVIDOR RESPONSÁVEL	TELEFONE	E-MAIL
CIDADES	PRÓ-MORADIA	LUIZA DE MARILLAC XIMENES CABRAL	3101-4479	marillaccabral@cidas.ce.gov.br
SDA	APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA	NIZOMAR FALCÃO BEZERRA	3101-8151 3101-8047	nizomar@sda.ce.gov.br
SETUR	PRODETUR II INFRAESTRUTURA PÚBLICA AQUIRAZ	OLGA VALÉRIA BARBOSA TEIXEIRA	3101-4674	olga@setur.ce.gov.br
SRH	OBRAS COMPLEMENTARES DO EIXÃO PROGERIRH II	MÔNICA HOLANDA	3101-4012	monicah@srh.ce.gov.br
CIDADES/CAGECE	PRÓ-SANEAMENTO	LIANA PEIXOTO BRANDÃO	3101-1784	liana@cagece.com.br
CIDADES/CAGECE	SANEAMENTO RURAL	CARLOS ALBERTO E. VIANA	3496-1703	carlosalberto2@cagece.com.br
CAGECE	SANEAR II	RICHARD FRANCIS BROWN	3101-1905 3101-1999	richard@cagece.com.br
SDA	SÃO JOSÉ II - 2ª FASE	JOSIAS FARIAS NETO	3101-8172	jfarias@sda.ce.gov.br
SECITECE	MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL	RICARDO DA COSTA E SILVA	3101-6429	ricardo@sct.ce.gov.br
SEINFRA/METROFOR	METROFOR (CONTRAPARTIDA)	CLÓVIS PICANÇO	3101-7142	clovis@metrofor.ce.gov.br

Anexo 3. Descrição das Operações de Crédito a Contratar

I. BNDES

Programa Cidades do Ceará – Contrapartida

Destinar-se-á a complementar os recursos da contrapartida devida pelo Estado no empréstimo a ser contratado junto ao BIRD, especificamente nas obras do Anel Viário de Juazeiro do Norte, das Praças do Crato, do Centro Multiuso do Cariri, do Centro de Convenções do Crato, além de obras de Mobilidade e Acessibilidade na Região. O projeto se encontra em fase de detalhamento pela Secretaria das Cidades.

Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações estaduais – PMAE

Objetivará reestruturar os Postos Fiscais para automatizar as operações fiscais, com resultados práticos no combate à sonegação e aumento da arrecadação, assim como atualizar o parque tecnológico de toda a SEFAZ, oferecendo serviços de maior qualidade e agilidade aos contribuintes.

A operação obteve a aprovação do MF/STN e o BNDES aguarda o encerramento do período eleitoral para, então, formalizar a contratação.

Terminal de Gás Natural – TGAN do Porto do Pecém

Atenderá com segurança e eficiência, segundo as normas estabelecidas pela PETROBRÁS, às operações da Usina do Regaseificação do Pecém e possibilitará o suprimento de gás natural (GNC) no Estado do Ceará para Termo-elétricas, indústrias com processo de Termo-redução e uso veicular, independente da implantação da Usina Ceará Steel (USC). Assim como o projeto de financiamento da Correia Transportadora, essa proposta teve sua análise suspensa no BNDES, a pedido do Governo do Estado.

Correia Transportadora do Porto do Pecém

Financiará o fornecimento e a montagem dos equipamentos para o transporte de granéis sólidos. Em virtude do recente anúncio de novos investimentos privados que deverão ser realizadas na área do porto, como: CSP, UTE MPX, UTE Vale e Refinaria, que levará a um redimensionamento da necessidade de importação de insumos, notadamente do carvão e minério de ferro, o Estado solicitou ao Banco que suspendesse a análise da operação até que seja realizado um estudo que se adéqüe à nova realidade.

Terminal de Carga Geral do Pecém

Contempla a construção do Pier 3 do Porto do Pecém, que funcionará como um Terminal de Múltiplo Uso - TMUT para movimentação de contêineres e de carga geral. O projeto executivo está concluído e foi realizada, no dia 17/junho, audiência pública sobre o edital de licitação da obra, que deverá ser lançado na primeira quinzena de julho. O contrato nº 05.2.0940.1, firmado com o BNDES em 7/4/2006, foi cancelado pelo Banco, em virtude da não-comprovação, pelo Estado do Ceará, da obtenção da licença de instalação do empreendimento. O valor do crédito (R\$ 150 milhões) foi incorporado ao novo pedido, ora em negociação, que totaliza R\$ 275,7 milhões. A operação já foi aprovada pelo MF/STN e o BNDES aguarda o encerramento do período eleitoral para formalizar a contratação.

Pavilhão de Feiras

O empreendimento diz respeito à Construção do Pavilhão de Multiuso e integração ao atual Centro de Convenções de Fortaleza/Ceará, para atender à demanda exigida pelo mercado, evitando que eventos importantes sejam direcionados para outros centros mais bem equipados. A Secretaria do Turismo trabalha na elaboração da Consulta-prévia do projeto, a ser submetida ao BNDES para enquadramento.

II. BID

Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO

Alcançará resultados claros no combate à sonegação, evasão fiscal, ampliação da base tributária com redução da informalidade, o cumprimento das metas de arrecadação e desoneração de setores específicos, dando suporte financeiro para alavancar a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. O PROFISCO contempla Cadastro Sincronizado, Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital (SPED FISCAL), Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED CONTÁBIL) e partes dos projetos de reestruturação da área de tecnologia da informação e de automação dos postos fiscais.

A operação foi negociada entre as autoridades nacionais e os representantes do Banco durante os dias 29 e 30/9, devendo ser alçada à análise do MF/PGFN para o cumprimento de dispositivos legais prévios à contratação.

Programa Rodoviário – Ceará III

Permitirá a preservação do patrimônio rodoviário estadual, com a reabilitação, duplicação e pavimentação de rodovias que favorecerão a integração e os acessos aos Pólos de Desenvolvimento do Estado, reduzindo o custo de transporte e atendimento aos reclames da população, criando condições de acessibilidade dos moradores das regiões do Estado contempladas com as obras, melhorando, sobremaneira, as condições logísticas do estado, aumentando a competitividade econômica do Ceará.

O projeto se encontra em fase final de preparação sob Recomendação COFIEX n° 963, de 28/9/07.

Projeto Melhoria e Expansão da Assistência Especializada em Saúde

Inicialmente batizado com título abreviado “Projeto de Atenção à Saúde Secundária e Terciária”, viabilizará a construção de um hospital regional na zona norte do Estado, no município de Sobral, de nove Policlínicas do Tipo II (localizadas em: Barbalha, Campos Sales, Caucaia, Crateús, Iguatú, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tianguá) e de onze Centros de Especialidades Odontológicas-CEOs (Brejo Santo, Camocim, Canindé, Caucaia, Crateús, Icó, Itapipoca, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Pacajus, Quixeramobim). O Projeto proverá ainda a todas as 38 novas unidades de saúde a serem instaladas no Estado do Ceará ações de fortalecimento institucional, constituídas de capacitação e formação de Recursos Humanos, certificação e acreditação de unidades de saúde, bem como implantação de Sistemas de Informação em Saúde que permitirão realizar monitoramento e avaliação das instituições envolvidas, garantindo assim a qualidade das ações ofertadas.

Essa operação foi submetida à aprovação do MF/STN em 29/9/08.

PROARES II

Financiará o Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará, que ofertará serviços básicos de assistência a crianças e jovens de 0 a 25 anos, com ações de educação, lazer, esporte, cultura, iniciação profissional, proteção jurídico-social e medidas sócio-educativas.

Essa operação foi submetida à aprovação do MF/STN em 22/9/08.

PRODETUR NACIONAL – CEARÁ - Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

Viabilizará de forma sustentável, a redução das desigualdades sociais, melhorando as condições de vida da população residente no estado do Ceará, bem como dos turistas que visitam o Estado, por intermédio dos investimentos a serem realizados nos Pólos: Litoral Leste, Maciço de Baturité e Serra da Ibiapaba.

O projeto se encontra em fase de preparação sob Recomendação COFIEIX n° 406, de 26/9/08.

Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais (Cidades do Ceará II)

A exemplo do programa Cidades do Ceará, a ser desenvolvido na Região do Cariri, este projeto constituirá uma experiência de desenvolvimento regional que deverá contemplar as regiões do Baixo Jaguaribe e da Ibiapaba. Para tanto, pretende-se: a) criar centros de atividades urbanas que possam ser catalisadores de desenvolvimento sócio-econômico; b) criar mais economias de aglomerados, estimulando a atratividade de investimentos e atividades econômicas; e c) apoiar a área rural por meio do aumento da oferta de serviços e de produtos agrícolas.

O projeto se encontra em fase de preparação sob Recomendação COFIEIX n° 957, de 28/7/07.

III. BIRD

Programa Cidades do Ceará (Cidades do Ceará I)

Terá como principais objetivos a) criar novas oportunidades de geração de emprego e renda na região do Cariri, contribuindo para aumentar sua capacidade de polarização, de atração populacional e de dinâmica econômica; b) promover o fortalecimento da base econômica regional; c) promover a estruturação urbana-regional e a oferta de bens e serviços urbanos; contribuir para a redução das desigualdades inter-regionais; e d) promover a melhoria dos processos de Gestão do Desenvolvimento Regional.

Essa operação foi submetida à aprovação do MF/STN em 21/8/08.

Projeto de Apoio a Inclusão Social e ao Crescimento Econômico no Ceará (Operação SWAP - Sector Wide Approach)

Apoiará o fortalecimento da gestão do governo direcionada ao objetivo da promoção da inclusão social e do crescimento econômico, mediante uma agenda de investimentos programados no PPA 2008 – 2011, ligados à gestão do setor público, à prestação de serviços sociais de educação, de saúde e de saneamento e de promoção do crescimento econômico do Estado. A primeira rodada de negociação entre o Estado, o BIRD e os agentes do governo federal ocorreu em junho, e o fechamento da negociação em 14/8/08. A operação será alçada à análise do MF/PGFN para o cumprimento de dispositivos legais prévios à contratação.

A operação SWAP, por sua característica de abordagem intersetorial, vincula os desembolsos ao cumprimento de metas físico-financeiras, definidas numa base de Programas Elegíveis. O empréstimo consiste em um componente a ser desembolsado de acordo com os Programas de Despesas Elegíveis (PDEL) e um componente de Assistência Técnica (AT).

Os Programas de Despesas Elegíveis estão incluídos como itens de linha no PPA e na Lei Orçamentária, devendo a execução orçamentária de cada programa atingir pelo menos 70% de sua previsão em cada período de doze meses. Para o SWAP II, foram escolhidos os seguintes Programas de Despesas Elegíveis:

-
- 041 – Padrões Básicos das Escolas
 - 048 – Qualidade da Educação Básica nas Zonas Escolares Rurais e Urbanas
 - 058 – Cooperação entre Estados e Municípios
 - 535 – Serviços de Saúde Secundários e Terciários
 - 536 – Serviço de Saúde Primário
 - 554 – Gestão do Trabalho e Educação na Saúde
 - 711 – Saneamento Ambiental do Ceará
 - 033 – Ceará Digital
 - 194 – Fortalecimento do Ensino Profissionalizante e Superior
 - 196 – Inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento científico
-

A operação foi negociada entre as autoridades nacionais e os representantes do Banco, devendo ser alçada à análise do MF/PGFN para o cumprimento de dispositivos legais prévios à contratação.

Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (PROGERIRH) - Financiamento Adicional

Destinar-se-á a reequilibrar o percentual de financiamento originalmente previsto de 55% - BIRD, 45% - Estado do Ceará, mediante a realização de ações no diversos componentes do Programa. As suas principais metas são: Fortalecimento institucional dos órgãos de planejamento e gestão de recursos hídricos do Estado do Ceará (SRH, COGERH e SOHIDRA); Elaboração de planos de gerenciamento de sistemas hídricos e de planos de operação e manutenção de infra-estrutura hídrica; Preparação de estudos de recursos hídricos ou pesquisas aplicadas, de estudos ambientais, de estudos de disponibilidade hídrica e de estudos de identificação de obras hídricas; Elaboração de projetos de engenharia para execução de obras de infra-estrutura hídrica, acompanhados das respectivas avaliações de viabilidade, de forma a montar um banco de bons projetos para execução futura; Implantação de novas obras de infra-estrutura hídrica.

Essa operação foi submetida à aprovação do MF/STN em 22/9/08.

IV. CEF

Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE

Consistirá na segunda fase do PNAGE, a se iniciar em 2011, como continuidade à fase atual, que está sendo executada por meio de transferência voluntária da União. Tem como objetivo

geral melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público. Na primeira fase, o PNAGE conta com recursos da ordem de US\$ 155 milhões, sendo US\$ 93 milhões oriundos de empréstimo contraído pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, da ordem de US\$ 93 milhões e US\$ 62 milhões de contrapartida local (Estados e União).

Anexo 4. Gestores do Estado responsáveis pelos Projetos em Negociação

SETORIAL RESPONSÁVEL	PROJETO	SERVIDOR RESPONSÁVEL	TELEFONE	E-MAIL
CIDADES	CIDADES DO CEARÁ I	EMANUELA RANGEL MONTEIRO	3101-4483	emanuela@ciudades.ce.gov.br
	CIDADES DO CEARÁ - CONTRAPARTIDA			
	DESENVILVIMENTO URBANO DE PÓLOS REGIONAIS (CIDADES DO CE II)	DANIELLE BRASIL	3101-4483	daniellebrasil@ciudades.ce.gov.br
SEFAZ	PMAE	SANDRA MARIA OLÍMPIO MACHADO	3101-9113	sandra@sefaz.ce.gov.br
	PROFISCO			
SEINFRA	TERMINAL DE GÁS DO PORTO DO PECÉM	GERARDO SANTOS FILHO	3101-3691	gerardosantos@seinfra.ce.gov.br
	CORREIA TRANSPORTADORA DO PORTO DO PECÉM			
	TERMINAL DE CARGA G. DO PECÉM - TMUT			
SEINFRA/DER	PROGRAMA RODOVIÁRIO - CEARÁ III	FRANCISCO QUIRINO RODRIGUES PONTE	3101-5717	ugp@dert.ce.gov.br
SEPLAG	PNAGE	LÚCIA RABELO	3101-3849	luciarabelo@seplag.ce.gov.br
SEPLAG / IPECE	SWAP II - CRESC. ECON. C/ INCLUSÃO SOCIAL	MARCOS COSTA HOLANDA	3101-3496	holanda@ipece.ce.gov.br
SESA	EXPANSÃO E MELHORIA DA ASSIST. ESPECIALIZADA EM SAÚDE	ALESSANDRA PIMENTEL	3101-5117	alessandraps@saude.ce.gov.br
STDS	PROARES II	ROBERTO LUIZ LIMA RODRIGUES	3101-2110	robertoluiz@sas.ce.gov.br
SETUR	PRODETUR Nacional – Ceará	OLGA VALÉRIA BARBOSA TEIXEIRA	3101-4660	olga@setur.ce.gov.br
	PAVILHÃO DE FEIRAS			
SRH	PROGERIRH II - FINANCIAMENTO ADICIONAL	MÔNICA HOLANDA	3101-4012	monicah@srh.ce.gov.br
SDA	SÃO JOSÉ III	JOSIAS FARIAS NETO	3101-8172	jfarias@sda.ce.gov.br
SEDUC	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	MÁRCIA OLIVEIRA CAMPOS	3101-3942	marciaoc@ce.gov.br
	CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			